



3ª SÉRIE
TRILHA
AGROECOLÓGICA
6



**Governo do
Estado da Bahia**
Secretaria da Educação



EXPEDIENTE

Governo da Bahia

Rui Costa | Governador

Danilo Melo Souza | Secretário em exercício

Manoel Vicente Calazans | Superintendente de Políticas para a Educação Básica

Coordenação Geral

Iara Martins Icó Sousa

Poliana Nascimento dos Reis

Coordenação de Educação do Campo/Quilombola

Poliana Nascimento dos Reis

Coordenações das Etapas

Poliana Nascimento dos Reis

Cassia Margarete Amaro dos Santos

Daniela Silva Ferreira

Equipe de Elaboração

Francisco Cruz do Nascimento

Luciene Rocha Silva

Jamille Pereira Almeida

Maria do Amparo Gomes Carvalho

Marcos Paiva Pereira

Kriscia Santos Argolo

Colaboradores(as)

Adriana Mendonça dos Santos

Bruno Alves Moura Ito

Cassia Margarete Amaro dos Santos

Daniela Silva Ferreira

Fernanda Pessoa do Amaral

Gilberto Cardoso Alemeida

Poliana Nascimento dos Reis

Revisão, projeto gráfico e diagramação

Marjorie Amy Yamada

Foto da capa

Foto por Lídia Barreto da Silva | Produção Artística: estandarte | Artista: Eliene Couto e Maurício Sudré, coordenados pela professora Lídia Barreto em oficina: *O que os olhos lêem sobre a Educação do Campo?* UFRB, 2014.

EPÍGRAFE

A economia é ainda mais solidária quando é feminista. Porque avança o olhar para como se organiza o trabalho de homens e mulheres e se propõe a enfrentar a sobrecarga de trabalho das mulheres.

Trecho da cartilha: [Mulheres Transformando a Economia](#).

Acesso em 23 de março de 2022.



À Comunidade Escolar,

É com grande satisfação que disponibilizamos para a Rede Estadual de Ensino da Bahia os **Cadernos de Apoio à Aprendizagem**, um material pedagógico produzido a muitas mãos, destinado a apoiar educadores e estudantes no momento de retomada das atividades letivas. A sua elaboração envolveu professores e professoras voluntários da rede estadual, além de técnicos e gestores da Superintendência de Políticas para a Educação Básica – SUPED, responsável pela coordenação do trabalho. Destaca-se, em especial, a intensa interlocução entre diferentes modalidades, na perspectiva de produzir um material atento à acessibilidade e que contemple diferentes modalidades.

Os Cadernos foram concebidos como materiais de suporte para o planejamento pedagógico e para o restabelecimento das rotinas escolares. Sua elaboração partiu da análise crítica sobre quais seriam, nesse momento específico, as **aprendizagens significativas** para os estudantes, e quais as competências e habilidades a serem desenvolvidas por eles e elas ao longo desse ano letivo tão atípico. A partir daí, foram construídos os organizadores curriculares, que promovem uma aproximação entre a experiência docente em sala de aula e os objetos de conhecimentos que compõem o Documento Curricular Referencial da Bahia da Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).



A organização didática foi feita sob a forma de “Trilhas de Aprendizagem” associadas aos objetos de conhecimento. Essa estrutura visa a organizar e a acompanhar o processo de construção da aprendizagem pelo estudante, propondo interações e conferindo autonomia aos diferentes sujeitos. Cada trilha tem objetivos específicos e sua abordagem foi pensada especialmente para o público estudantil, apresentando uma linguagem que busca despertar a curiosidade e instigar a pesquisa, tornando o aprendizado mais eficaz, agradável, contextualizado e significativo.

Por fim, esperamos que esse material seja utilizado pelos educadores no planejamento pedagógico para o retorno às atividades letivas, como forma de conciliar os tempos e espaços de aprendizagem, e que sirva de inspiração para a produção de novas trilhas, em diferentes linguagens (áudio, vídeo, imagens, redes). Neste sentido, convidamos todos os educadores e educadoras da Rede Pública Estadual a produzirem e (re)elaborarem, a partir dos Cadernos de Apoio, suas Trilhas Autorais, abordando os contextos e necessidades territoriais e locais de cada realidade deste “país” chamado Bahia.

Abraços fraternos!

Secretaria de Educação do Estado da Bahia



APRESENTAÇÃO DA TRILHA AGROECOLÓGICA

A Trilha Agroecológica aqui apresentada é um produto coletivo com vistas a disponibilizar ao público caminhos inspiradores para estimular as vontades políticas e a consciência das nossas responsabilidades sobre a transformação do pensamento e das ações de conservação, preservação, dinamização, exploração e respeito à vida do nosso planeta.

O passo a passo de cada etapa traz uma sequência de estudos e de aprendizagens para alcançarmos o sucesso no manejo consciente do solo, da água, da vegetação e, acima de tudo, da vida. A Agroecologia não é apenas uma revisão conceitual da agricultura com técnicas ecológicas, e sim um conceito de relação ética com a vida e com seus ecossistemas, visando à sustentabilidade e ampliando os processos agrícolas de maneira inclusiva e responsável.

As propostas que apresentamos advêm do desejo de superar os danos históricos causados à biodiversidade e à sociedade devido à ganância e ao uso nocivo de agrotóxicos. Estudar princípios agroecológicos na educação básica é renovar a esperança da construção de uma sociedade organizada, preocupada com todas as espécies de vida; é disponibilizar ferramentas que auxiliem as escolas e seus professores no desenvolvimento de trabalhos escolares que envolvam as comunidades, que tragam experiências para fortalecerem o currículo, tomando como princípio que o cultivo agroecológico é, sem dúvida, o cultivo da sustentabilidade social, além de representar estudo e uso de energias renováveis e superação de desafios para a construção de uma sociedade justa.

Equipe de Elaboração das Trilhas/ Coordenação de Educação do Campo e Quilombola



QUADRO-SÍNTESE: AGROECOLOGIA

Ano/série: 3ª série

Eixo Integrador

- ◆ Aliança entre o Campo e a Cidade

Objetivos

- ◆ Compreender as dimensões da vida imbricadas na Agroecologia;
- ◆ Visibilizar os saberes/fazeres e o trabalho produtivos das mulheres na história da humanidade;
- ◆ Analisar a importância da aliança entre o campo e a cidade para a construção de uma sociedade mais sustentável e economicamente justa.

III Unidade letiva

Tema gerador: Economia solidária

Competências:

- ◆ ADEFAFCN2 – reconhecer e valorizar seu próprio saber sobre o meio natural e social, interessando-se por enriquecê-lo e compartilhá-lo.

Habilidades:

- ◆ EM13CNT206 – justificar a importância da preservação e da conservação da biodiversidade, considerando parâmetros qualitativos e quantitativos, e avaliar os efeitos da ação humana e das políticas ambientais para a garantia da sustentabilidade do planeta.

Quintal da trilha: Práticas agroecológicas de biopoder



TRILHA 6

Economia Solidária

1 PONTO DE ENCONTRO

Chega mais, juventude! Vamos trilhar mais uma trilha — a nossa última! É uma imensa alegria chegarmos até aqui. Avante!

Animados e animadas? Vamos nessa?

Ao chegar ao final da trilha, não se esqueça de dar aquela olhadinha para todo o percurso trilhado e avaliar!

Nessa última trilha, vamos enveredar pelo conhecimento sobre Economia Solidária! Sabe o que é isso? Será que uma outra economia é possível?

Se liga no rolê!

2 BOTANDO O PÉ NA ESTRADA

Para iniciarmos nossa caminhada, vamos conhecer e refletir alguns conceitos e algumas questões.

Não se esqueça de registrar tudo no seu **diário de bordo** e de socializar suas conclusões com a turma!

Partimos do princípio de que a economia é parte das nossas vidas e podemos defini-la como o conjunto de bens e serviços necessários para produzir a vida humana. O nosso trabalho, remunerado ou não, está na base da economia. (SOF, 2015)

Mas, afinal, o que é a economia solidária e como ela surgiu?

A economia solidária é uma forma de organização do trabalho e da produção coletiva onde a vida está no centro, e não o lucro. É um jeito

de fazer a atividade de produção, onde cada pessoa opina e decide coletivamente o que é melhor para o grupo. É baseada na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão. Ou seja, na economia solidária não existe patrão nem empregados, pois todas as pessoas que participam do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são, ao mesmo tempo, trabalhadoras e donas.

A economia solidária é uma resposta dos e das trabalhadoras ao capitalismo. Ela parte da crítica à organização capitalista do trabalho, do mercado e da vida — como a negação do conhecimento de processo de produção. No capitalismo, ao invés de sapateiros que produziam sapatos, passa-se a ter operários que só costumam, ou apenas colam partes de um calçado.

Contrária a essa maneira de trabalho onde as operárias e os operários foram excluídos do conhecimento e impedidos de ter o domínio do seu tempo, uma parcela resolveu se organizar em empreendimentos cooperativados, de autogestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada. A economia solidária é, portanto, uma alternativa à economia capitalista. Ainda que estejamos inseridos(as) nela, vamos pouco a pouco mudando nossas formas de organização nas relações de trabalho. (SOF, 2015)

SOF. Mulheres transformando a Economia: cartilha sobre economia solidária e feminista. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/02/cartilhaSOFdigital.pdf>. Acesso em 23/3/2022.

Após a leitura introdutória sobre o nosso tema, reflita e responda às questões a seguir:

- 1 Afinal, a Economia Solidária é só para as relações de trabalho ou permeia outras questões da nossa vida?
- 2 Que valor a sociedade dá para o trabalho de mercado? E para o trabalho doméstico e de cuidados?
- 3 A Economia Solidária é também um Movimento Social? Por quê?

3 LENDO AS PAISAGENS DA TRILHA

Vamos aprofundar nossos conhecimentos sobre este assunto fantástico?

Princípios da economia solidária

- ◆ A valorização social do trabalho humano;
- ◆ A satisfação plena das necessidades de todas/todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- ◆ O reconhecimento do trabalho e do papel das mulheres na economia e na produção da vida;
- ◆ O compartilhamento do trabalho necessário para a reprodução cotidiana da vida;
- ◆ A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza;
- ◆ Valorização da cooperação e da solidariedade.

Onde a economia solidária atua

Existem empreendimentos solidários em todas as áreas, na cultura (como agências de turismo e lazer), na alimentação que oferece alimentos saudáveis com preços justos, em fábricas recuperadas por trabalhadoras(es), na agricultura orgânica e agroecológica (sem uso do veneno dos agrotóxicos) etc. Isso quer dizer que a economia solidária atua em muitos ramos da vida. Por essa razão, ela é também um movimento social, que se organiza pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas. Busca um modelo para as pessoas, construído pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos. (SOF, 2015)

“Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher”

Figura 1.



Figura 2.



Fotos: Kriscia Argolo.

Registre no **diário de bordo** e socialize com todos e todas!

- 1 Você conhece algum empreendimento solidário?
- 2 Na sua comunidade ainda há a troca de produtos entre os/as vizinhos(as)?
- 3 Como acontece a feira livre na sua região?
- 4 Existe associação e/ou cooperativa na sua comunidade e/ou em sua região?

4 EXPLORANDO A TRILHA

Texto 1 Economia solidária

A economia solidária é o conjunto das formas de produção e comercialização baseadas no cooperativismo e associativismo de trabalhadores. Eric Hobsbawm (1996), no livro *A era dos extremos*, caracterizou o breve século XX, que vai de 1914 a 1989, como o século dos extremos. Tudo leva a crer que entramos na era da barbárie, ou o que ele chama de “era do desmoronamento”. O capitalismo não tem mais absolutamente nada a oferecer para a humanidade, ainda que possa demorar centenas de anos para ser completamente superado. Prova disso é o crescimento do analfabetismo e do analfabetismo funcional, o colapso ambiental, o

crescimento do desemprego e subemprego em escala planetária, a intensificação da exploração dos trabalhadores, a destruição dos direitos do trabalho e a longa contrarreforma do Estado. Podemos acrescentar também os processos de favelização e condominização, o roubo de terras, assassinato de posseiros, indígenas, quilombolas, sem-terra, como fenômenos da era da barbárie.

A era da barbárie abriu um novo ciclo de lutas pelos trabalhadores em todas as partes do globo terrestre. No Brasil, a economia solidária faz parte dessas lutas travadas pela classe trabalhadora mais pauperizada. Ela possui várias dimensões: a) experiências concretas de cooperativismo e associativismo no meio rural e urbano; experiências de comercialização, assistência técnica, bancos populares, extensão universitária e educação popular, com suas positivities, contradições e limites; b) sua vinculação com as “políticas públicas” implementadas principalmente pelo Partido dos Trabalhadores; c) as lutas da economia solidária contra o Estado capitalista para a criação daquilo que Karl Marx chamou de condições gerais de produção e reprodução em bases associadas; d) uma teoria particular da compreensão da realidade das cooperativas e associações e do caminho de “transformação para uma outra economia”, principalmente do militante e teórico Paul Singer.

Economia Solidária. In: Dicionário de Agroecologia e Educação. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em 24/3/2022.

Texto 2 Origem da economia solidária

As experiências solidárias de autogestão foram alimentadas nos princípios do cooperativismo geradas em Rochdale, Inglaterra, por Robert Owen quando no início do século XVIII adquiriu uma imensa empresa têxtil, e que, ao invés de explorar seus trabalhadores ao máximo, tratava-os de modo a não se sentirem apenas como um fator de produção. Isso resultou em uma maior produtividade do trabalho.

Com a crescente modernização e organização industrial fabril que a Inglaterra presenciou no final do século XVII e XVIII, os artesãos camponeses proprietários do próprio trabalho — no qual dispunham de uma vida

razoavelmente modesta — foram simplesmente forçados a deixarem suas terras para dar lugar ao cultivo de ovelhas. Aqueles que se manifestavam resistentes em não abandonar as terras eram retirados à força.

Diante do novo sistema organizacional voltado para a produção de manufaturas de ovelhas — para a retirada da lã que seria destinada às indústrias têxteis —, os artesãos camponeses teriam três opções para poderem manter sua sobrevivência: a primeira seria de juntos modernizarem e se incorporarem a esse novo sistema, a “Revolução Industrial”, o que seria praticamente impossível. A segunda seria a de abandonar a vida de camponês artesão e ir trabalhar para a nova classe capitalista. E, por fim, seria a de criar uma alternativa capaz de gerar uma renda adequada para poder manter a sua sobrevivência e a de sua família. Se os artesãos camponeses não optassem por uma das três alternativas, certamente ficariam desempregados.



Ilustração: Henrique Koblitz Essinger

Devido a esta situação, em 1817, Robert Owen apresentou seu plano de minimizar a pobreza mediante o emprego dos que não tinham proventos e eram sustentados pela beneficência das paróquias. Seu plano era fundar o que chamou de Aldeias Cooperativas, onde poderiam viver em comunidade e produzir em comum, consumindo seus próprios produtos e trocando os excedentes com outras Aldeias Cooperativas, sendo que algumas aldeias deveriam ser agrícolas e outras industriais. Nas palavras de Singer (2000, p.23), “assim o estado e as paróquias, em vez de desper-

diçar dinheiro com a manutenção dos indigentes ociosos, deveria fornecer capital para que se estabelecessem em Aldeias e pudessem prover o seu próprio sustento”.

Mas, os pioneiros no ramo foram os seguidores de Owen, que desenvolveram várias outras cooperativas, como de habitação e de produção de vários produtos e abriram várias filiais da cooperativa de consumo. A sociedade dos pioneiros de Rochdale mostrou enorme capacidade de adaptação às oportunidades e aos riscos de mercado, e fez tudo isso sem abrir mão dos princípios cooperativistas. Foi a harmonização entre os aderentes da ideia de Rochdale que possibilitou o crescimento do cooperativismo, tornando assim um modelo e ao mesmo tempo um espelho para as gerações cooperativistas futuras. Segundo Veiga e Fonseca (2002), hoje aproximadamente 1/6 da população mundial está ligada de alguma maneira ao movimento cooperativista.

Ao longo do tempo, o cooperativismo foi aperfeiçoado e recriado nos diferentes contextos socioculturais, ganhando assim múltiplas formas e maneiras de se expressar, colocando o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da busca pela acumulação infinita de capital.

Como de fato todos os que trabalham em cooperativas são seus próprios patrões — exceto alguns poucos que são assalariados, quase sempre em estágio probatório para serem depois admitidos como sócios — eles não têm os direitos que a legislação do trabalho (CLT) assegura aos empregados. Este fato deu oportunidade aos abusos por parte de certos empregadores que, para não pagar os chamados “encargos trabalhistas”, criam falsas cooperativas, obrigando seus trabalhadores a se associar, “contratando-os” enquanto pretensos cooperados por valores bem menores que a antiga folha de pagamento. A prova de que estas cooperativas são falsas é que elas são dirigidas pelo próprio contratante, “patrão” que impõe e obriga os trabalhadores a aceitarem as novas relações de trabalho sob a ameaça de ficarem desempregados.

Está claro que nenhuma cooperativa é autêntica se ela não for o resultado da vontade livre e consciente de seus membros. É vital para as verdadeiras cooperativas de serviços, de produção, de mineração, de crédito e outras que as falsas sejam eliminadas ou então transformadas

em autênticas, mediante a conquista de sua direção pelos associados. Na luta contra as “cooperfraudes” ou “coopergatos”, sindicatos e cooperativas são aliados naturais.

Apesar de estar em fase de organização e de estruturamento no âmbito nacional e internacional, o cooperativismo está hoje num processo acentuado de transformação e concretização, mostrando que há alternativas para a geração de postos de trabalho. Em algumas palavras, [...] “Para muitos, o cooperativismo e a autogestão é um projeto de sobrevivência. Para outros, um projeto de vida. Para o país, um projeto de sociedade” (ANTEAG, 2000, p. 143).

BARBOZA, D. et al. Origem da economia solidária. In: **Economia Solidária**: Caderno Pedagógico de Educandas e Educandos. Brasília: 2010. p. 26–28.

Texto 3 Autogestão na Economia Solidária



A proposta da Economia Solidária é criar e desenvolver outras formas de relações no mundo do trabalho, como o trabalho coletivo, participativo e democrático, procurando valorizar sempre a pessoa. Todavia, é pertinente salientar que esse modelo de economia é caracterizado pela forma de organizar a atividade econômica a partir dos princípios da autogestão (modelo em que todos os membros decidem sobre o empreendimento), da solidariedade, da cooperação e da ajuda mútua. É uma forma de inclusão social, trabalho e renda. Portanto, não há separação entre capital e trabalho, entre os detentores dos meios de produção e aqueles que vendem a força de trabalho. A Economia Solidária se propõe a ser um modo de produção alternativo ao capitalismo, pois seu objetivo maior é o bem comum.

Indiferentemente da sua função ou cargo em que atua, o membro possui os mesmos direitos que os demais, podendo votar e ser votado. Embora a atuação nos empreendimentos deva ser condizente com os princípios da economia solidária (autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, igualitarismo), um dos grandes desafios encontrados está na existência de associados com pensamento heterogestionário, especialmente aqueles com cargo de coordenação, que, se adotarem essa postura, podem afetar de maneira negativa e desvirtuar o modelo de trabalho coletivo e solidário do grupo, podendo comprometer a autogestão democrática. Uma das causas sempre levantadas para explicar os conflitos em empresas autogeridas é esta que trata da forte presença da concepção de trabalho capitalista em nossa cultura. (Sato; Esteves, 2002) Entretanto, cabe colocar outras questões neste debate. De maneira simplificada, pode-se dizer que onde há pessoas, há também conflitos, por mais liberdade de expressão ou solidariedade que possa ali existir, ou justamente por isso. Os autores acima comentam: “O conflito é a demonstração de que há possibilidade do debate público das questões que permanentemente acometem o empreendimento. O conflito demonstra que há vida política ativa no grupo” (Sato; Esteves, 2002, p. 42).

A autogestão é entendida como sinônimo de participação efetiva, sem distinção entre sócios e trabalhadores, uma vez que os trabalhadores são os sócios e vice-versa. Para Singer (2002), no Brasil, o cooperativismo popular e autogestionário, na perspectiva da economia solidária, emerge de uma realidade globalizada com altos níveis de exclusão, como trabalhadores excluídos não apenas do processo produtivo formal, mas, na sua maioria, do acesso à educação, da oportunidade de participar criticamente como cidadãos do aparato social constituinte do seu tempo, da sua história. Mesmo os trabalhadores que tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio compartilham de uma formação acrítica, sem a sensibilização para outras possibilidades que não a lógica capitalista de organização do trabalho.



A história do mundo e o atual contexto social, econômico e político no Brasil do século XXI remete à reflexão sobre o significado do termo *trabalho* e em que condições ele se apresenta, tanto para a procura de um melhor ideal quanto para uma alternativa frente às precárias propostas de atuação para o trabalhador, e a autogestão é uma proposta para a mudança social, econômica, política, onde as ações, decisões devem ser pensadas e realizadas por todos os membros. No âmbito econômico, o capital deve ser conhecido em segundo plano, em que o trabalho se constitui como tema central. Politicamente falando, é necessário que se criem instrumentos capazes de garantir que as decisões sejam uma construção coletiva para realmente funcionar democraticamente.

Quando os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem suas práticas de forma mais autogestionárias, as tarefas realizadas e as decisões pertinentes a serem tomadas em consenso de todos criam mais força, e a democracia estreita suas práticas no convívio coletivo. Os empreendimentos possuem uma estrutura de organização quanto à função de cada um, como um empreendimento capitalista, mas a grande diferença é que as pessoas são autogestionárias, e não se limitam a determinada função; se necessário os membros que possuem aptidão para determinar uma atividade são conduzidos a realizá-la. Quanto aos membros que estão dispostos, mas não possuem aptidão para realizar determinada tarefa, estes possuem a liberdade para aprender, se capacitar para desenvolver outras funções dentro do ambiente de trabalho.

A cultura tradicional do trabalho é um elemento que dificulta (embora não impeça) que formas democráticas possam ser encontradas diariamente. Estas experiências, aliás, podem e devem ser analisadas enfocando-se esse paradigma que busca reorganizar os modelos e readaptar tecnologias, sem ser impositivo e padronizado.

Essas demandas por ressignificações advêm, em grande medida, das diferenças de referenciais, de valores existentes entre ambas as realidades, entre trabalhar em uma empresa heterogerida ou autogerida, que acabam encerrando compreensões e modos de agir diversos e, por vezes, contraditórios. Concepções anteriores acerca de trabalho, divisão de tarefas, remuneração, planejamento e coordenação das atividades produtivas, são alguns poucos exemplos de questões que trabalhadores, envolvidos

com empreendimentos autogestionários, veem-se impelidos a rever em seus novos cotidianos de trabalho.

Em síntese, a autogestão em empreendimentos solidários representa um processo de permanente construção, que se articula no enfrentamento cotidiano de aspectos socioculturais presentes em uma lógica de educação calcada em valores adversos aos valores e princípios de uma organização capitalista. Desta forma, pode-se dizer que um dos grandes desafios para o exercício da autogestão é desvincular-se da lógica do mercado de trabalho, onde o trabalhador não tem voz, e fazer com que os trabalhadores exerçam a democracia na gestão de seus empreendimentos.

SEGHETTI, A. C.; HAHN, R. S. Autogestão na Economia Solidária. In: **ITCP's, Economia Solidária e Capacitação**: primeiros passos para a formação de equipe de incubação. Porto Alegre: 2015. p. 51-53.

QUER SABER MAIS?

Se liga nos *links* abaixo!

- **Dicionário de Agroecologia e Educação** – https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf
- ▶ **Mulheres da Agroecologia: produção de alimentos e Economia Solidária** – <https://youtu.be/9VWpg3U-U3o>
- ▶ **Cultivar a vida em movimento: economia feminista** – <https://youtu.be/om1Nirojm6I>
- ⏪) **SOF Sempre Viva – Juntas e Misturadas – série de 4 podcasts sobre Economia Feminista:**
 1. **A sustentabilidade da vida e o conflito capital-vida** – <https://open.spotify.com/episode/5XVSDZefmNdrkINz7kjjpm>
 2. **Corpo, tempo e território** – <https://open.spotify.com/episode/2xzSuoUqAoGHVz9GQHMKeR>
 3. **Entre os lares e o Estado** – <https://open.spotify.com/episode/4nrynHmiQokFOSaPDHyNpF>
 4. **Um mundo em transformação: digitalização** – <https://open.spotify.com/episode/3cr2nBrzNLs4ZWZHPgnLtb>

CANTINHO DA CURIOSIDADE

No Brasil, o Dia Nacional da Economia Solidária é comemorado no dia 15 de dezembro!

Atualmente, no Brasil, a Economia Solidária movimenta cerca de R\$ 12 bilhões ao ano, tendo mais de 20 mil empreendimentos cadastrados no país, baseados em solidariedade, igualdade e autogestão.

Disponível em: <https://incop.ufop.br/news/economia-solid%C3%A1ria-no-brasil-contexto-hist%C3%B3rico-avan%C3%A7os-e-obst%C3%A1culos>

5 RESOLVENDO DESAFIOS DA TRILHA

- 1 Através de um mapa mental, organize o conceito sobre Economia Solidária, a sua origem e história.
- 2 Como se caracteriza um empreendimento solidário?
- 3 Qual é a relação entre autogestão e Economia Solidária? Explique.
- 4 *A economia é parte da nossa experiência cotidiana de produção do viver, é nosso trabalho no mundo público, mas também nosso trabalho não remunerado no mundo privado.* (SOF, 2014)
O que você entende deste trecho?
- 5 Qual é o seu envolvimento com a Economia Solidária?
- 6 Existe alguma cooperativa (de consumo, serviço, produção, crédito, entre outras) no seu município?
- 7 Você conhece alguma experiência autogestionária em seu município ou região? Comente.

6 A TRILHA É SUA: COLOQUE A MÃO NA MASSA

Texto 4 Economia feminista

O que é a economia feminista? A economia feminista surge como uma teoria crítica à não-incorporação da experiência das mulheres — de seu trabalho e de sua ação econômica — pela economia geral. Ou seja, no mundo em que vivemos não há o reconhecimento do trabalho

desenvolvido pelas mulheres na produção da vida (trabalho doméstico e de cuidados), mesmo que ele seja fundamental para toda a humanidade. Em geral, a mulher que cuida da casa e dos filhos é tratada como não trabalhadora — ou apenas dona de casa — e classificada nas estatísticas como economicamente inativa. A economia feminista propõe que as atividades de reprodução (trabalho doméstico e de cuidados) sejam tratadas com a mesma importância das atividades de produção, pois são parte integrante da economia, sem as quais o mercado de trabalho não poderia funcionar. Propõe que a vida seja organizada para o bem-estar de todas as pessoas, e não em função do lucro.

Economia feminista e solidária, uma aliança necessária! A economia é ainda mais solidária quando é feminista. Porque avança o olhar para como se organiza o trabalho de homens e mulheres e se propõe a enfrentar a sobrecarga de trabalho das mulheres. Também busca formas de mudar a realidade das mulheres negras e camponesas, que hoje ainda ganham muito menos e a elas são apresentadas ainda menos possibilidades no capitalismo. A economia feminista joga luz a questões que parecem naturais: por que as mulheres cuidam de tudo e de todos na casa, acordam mais cedo e dormem mais tarde e, ainda assim, o trabalho que realizam não é considerado trabalho de verdade? Por que uma artesã produz à noite enquanto todos descansam ou dormem? Uma vida que vale a pena ser vivida é a proposta da economia solidária e feminista. Mas temos muitos desafios para tornar esta ideia real no mundo em que vivemos e essa mudança deve partir das mulheres numa ação coletiva e organizada na reivindicação de políticas públicas.

SOF. **Mulheres transformando a Economia:** cartilha sobre economia solidária e feminista. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/02/cartilhaSOFdigital.pdf>. Acesso em 23/3/2022.

Registre no **diário de bordo!**

- 1 Por que a economia feminista e solidária é uma aliança necessária?
- 2 Qual a importância das políticas públicas para a luta das mulheres?
- 3 As mulheres da sua comunidade estão mais no trabalho doméstico e de cuidados ou no trabalho de mercado?
- 4 É possível perceber a separação entre trabalho para o autoconsumo e trabalho de mercado na sua comunidade?

7 A TRILHA NA MINHA VIDA

Sistema de Certificação Participativo

O certificado é um documento usado para comprovar a origem e a forma de produção garantindo que o produto adquirido pelo consumidor corresponde às informações contidas no rótulo. O agricultor, a agricultora e/ou o coletivo é certificado por uma instituição credenciada. As entidades que realizam a certificação convencional cobram um valor para a aquisição da certificação.

Nessa fase da trilha, o **diário de bordo** já registrou muitas informações. Vamos seguir registrando!

- 1 A partir de uma pesquisa bibliográfica, identifique as formas de certificação e seus critérios.
- 2 Como é constituído o Sistema Participativo de Garantia – SPG?
- 3 O que é um Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica — OPAC e como funciona?
- 4 A Rede Povos da Mata é a primeira Certificação Orgânica Participativa da Bahia. Essa Rede está dividida em Núcleos de acordo com os Territórios de Identidade do estado. Identifique quais são esse Núcleos e qual é o Núcleo do seu território.
- 5 Para entrar no processo de certificação orgânica da Rede de Agroecologia Povos da Mata o/a agricultor(a) agroecológico precisa ser membro de um grupo aprovado pelos integrantes de cada Núcleo. Para isso, é necessário passar por algumas etapas. Pesquise quais são essas etapas.

Se liga nesse vídeo:

- ▶ **Rede Povos: Sistema Participativo de Garantia** – <https://youtu.be/eH8c9YWWLQQ>

8 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Agora que já visitou vários conceitos e compreendeu mais sobre a Economia Solidária, é hora de ir além.

A feira é um sistema de venda direta e muito dinâmico. Ela acontece como grande evento ou como feira comunitária.

Proposta:

- I. fazer uma visita de estudo a feira mais próxima.

É importante elaborar um roteiro da visita de estudo que contenha a apresentação da visita e as orientações a serem seguidas pelos estudantes, divididos em grupos ou não, durante a visita.

- II. elaborar o plano de um Empreendimento de Economia Solidária, pensando na sua comunidade ou a partir da feira que foi visitada.

QUINTAL DA TRILHA: PRÁTICA AGROECOLÓGICA DE BIOPODER

Adubação verde

Alguns dos entraves para a utilização da adubação verde no Brasil são a dificuldade de materiais propagativos das espécies e a falta de informação de suas principais características, benefícios e usos nos agroecossistemas. A criação de um banco comunitário de sementes de adubos verdes é uma das soluções estratégicas para superar esse entrave. O banco viabiliza a troca de sementes e de informações entre os/as camponeses(as). Nesse banco, a “moeda” é a própria semente, onde os/as agricultores(as) se associam e têm direito ao acesso a empréstimos de determinada quantidade de sementes e restitui após a colheita um volume superior ao que foi emprestado. As regras do banco são definidas pelo coletivo dos(as) associados(as).

Vamos colocar a mão nas sementes?

É hora de organizar um banco comunitário de adubos verdes na sua escola!

- I. Comece pelo planejamento e viabilidade.
- II. Escolha as espécies, lembrando de analisar as espécies que vocês terão facilidade de encontrar.
- III. Escolha um local na área da sua escola, onde será a estrutura física do banco.
- IV. Criem regras e normas para a utilização do banco.

Essa ideia pode se estender até a sua comunidade, não se esqueça!

.....

9 AUTOAVALIAÇÃO

Chegamos ao final da nossa última trilha!

Tenho certeza de que essa trilha foi mais uma viagem por vários conhecimentos e reflexões para a vida.

Agora é hora de avaliar, registrar no **diário de bordo** e socializar com a turma toda essa caminhada e essa bagagem acrescentada na mochila do(a) trilheiro(a)!

- 1 Você já conhecia os temas abordados?
- 2 Qual é o tema que você mais gostou?
- 3 Há alguma atividade que não apareceu nessa trilha, mas que você gostaria de ter feito?
- 4 Qual é a sua avaliação olhando para todo percurso desse período de um ano de grandes aprendizados?

Esse espaço é seu. Fique à vontade para registrar os pontos que você quiser sobre essa trilha!

GLOSSÁRIO

Autogestão – administração de um organismo pelos seus participantes, em regime de democracia direta.

Manufatura – obra feita à mão. Manufaturar é produzir com trabalho manual.

Pauperizado – ação ou resultado de pauperizar, de ficar ou de se tornar pobre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, A. P. [et al]. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1. Ed – São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. 816 p.: tabs., il.

GOMES, G; PASQUALETO, K. **ITCPs, economia solidária e capacitação: primeiros passos para a formação de equipe de incubação**: reflexões sobre a formação de novos bolsistas nas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares de Porto Alegre e Região Metropolitana. Porto Alegre, 2015. 54p.:il. Disponível em: https://www.poa.ifrs.edu.br/wpcontent/uploads/2013/09/ITCPs_RMPA.pdf. Acesso em 7 de abril 2022.

SCHMIDT, A. B; LIMA, S.O.S.; SECHIM, W. Z. **Economia Solidária**: caderno pedagógico educandas e educandos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 128p. il. Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo-Saberes da Terra.

INCOPI – UFOP. **Economia Solidária no Brasil**: contexto histórico, avanços e obstáculos. Disponível em: <https://incop.ufop.br/news/economia-solid%C3%A1ria-no-brasil-contexto-hist%C3%B3rico-avan%C3%A7os-e-obst%C3%A1culos>. Acesso em 4 de maio de 2022.

SOF. **Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wpcontent/uploads/2015/08/cartilhaEconomia-Feminista-web.pdf>. Acesso em 4 de maio de 2022.

SOF. **Mulheres transformando a Economia**: cartilha sobre economia solidária e feminista. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/02/cartilhaSOFdigital.pdf>. Acesso em 23 de março de 2022.